

## Clemência Jacquinet e o ensino de história na Escola Moderna de Barcelona

### *Clemência Jacquinet and the teaching of history at the Modern School of Barcelona*

*Rodrigo Rosa da Silva*

Doutor em Educação. Atualmente é Professor do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (EED/CED/UFSC) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Poder Político, Educação, Lutas Sociais (GPEL).  
E-mail: [rodrigo.rosa.silva@ufsc.br](mailto:rodrigo.rosa.silva@ufsc.br)

---

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o livro de Clemência Jacquinet, *Compendio de Historia Universal*, editado pela editora *Publicaciones de la Escuela Moderna* e utilizado pela Escola Moderna de Barcelona (1901-1906), fundada pelo catalão Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), com o auxílio de diversos colaboradores. Pretende-se identificar as influências anarquistas de sua abordagem histórica e a referência ao geógrafo anarquista Piotr Kropotkin.

**Palavras-chave:** Educação anarquista. Ensino de história. Livros escolares.

**Abstract:** The present work has the objective of analyzing the book by Clemência Jacquinet, Compendium of *Universal History*, edited by the publisher *Publications of the Modern School*, and used by the Modern School of Barcelona (1901-1906), founded by the Catalan Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), with the help of several collaborators. It is intended to identify the anarchist influences of his historical approach and the reference to the anarchist geographer Piotr Kropotkin.

**Keywords:** Anarchist education. History teaching. School books.

---

Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) foi o fundador e diretor da Escola Moderna de Barcelona (1901-1906), projeto educativo vinculado às práticas operárias e libertárias de renovação da educação. Após seu fuzilamento, por ordem do estado espanhol e da igreja católica, sua influência multiplicou-se e a proposta de um ensino racionalista difundiu-se pelo mundo. A grande maioria dos estudos sobre a Escola Moderna de Barcelona e sobre Ferrer adotou uma abordagem histórica. Pere Solà (1978) e Buenaventura Delgado (1978) destacam-se por se dedicarem a interpretar alguns aspectos pedagógicos experimentados na escola. São ainda mais raras pesquisas que se dedicaram a compreender o papel que outras pessoas exerceram na edificação da escola racionalista, ainda mais quando se trata de professoras e mulheres que estiveram à frente das práticas pedagógicas libertárias. Nota-se também que uma das maiores dificuldades para implantação e manutenção da escola foi dispor de professores capazes e dispostos a enfrentar a batalha e levar à prática suas ideias. Uma das primeiras pessoas a se juntar a Ferrer foi a educadora francesa Clemência

Jacquinet, que ele conheceu pessoalmente em seu exílio em Paris durante as aulas de espanhol que ministrava na sede da loja maçônica do Grande Oriente. Jacquinet foi acusada pelas autoridades espanholas de ser anarquista e ateia e de haver sido expulsa do Egito. Na verdade, ela lecionou por muitos anos em uma escola do distrito de Sakha e havia ido para o Cairo com seu patrão, pois era também professora particular. Meses depois, a escola em que trabalhava foi fechada por falta de recursos, obrigando-a a retornar à Europa. Em meio a conflitos pessoais, Jacquinet aceita o convite de Ferrer e assume a direção pedagógica da escola. Archer a considera, “em certo sentido, anarquista” e “no mesmo sentido em que o era Ferrer” (ARCHER, 2010, p. 65-66, tradução nossa). Mesmo assim, após alguns anos, as tensões e discordâncias entre ambos se agudizam e Clemência deixa Barcelona para viver na França. Posteriormente, tece algumas críticas a Ferrer por meio de conferências e artigos em jornais.

Procuramos, no presente ensaio, destacar parte da enorme contribuição de Clemência Jacquinet à construção do projeto de ensino racionalista. Em que pese ter exercido a função central de “coordenadora pedagógica” da escola durante os primeiros anos de funcionamento, fato apontado mas não aprofundado pela maior parte dos estudos sobre a Escola Moderna, pouco ou nada se fala de sua produção teórica no campo da história e do ensino de história, assim como sua visão essencialmente anarquista da experiência humana. Felizes exceções são os dedicados trabalhos de Luciana Eliza dos Santos (2014) e de José Damiro de Moraes (2013)<sup>1</sup>. Destacamos também os grandes achados de Oscar Segarra sobre a biografia de Jacquinet e sua relação com Ferrer e outros militantes envolvidos com a Escola Moderna, incluindo seu foco principal de investigação, Pablo Picasso, que o levou a desvendar novos dados e documentos sobre a pedagoga francesa<sup>2</sup>.

Jacquinet, além de ter sido “responsável pela base teórica que subsidiaria o trabalho pedagógico da Escola Moderna” (SANTOS, 2014, p. 90), foi autora de uma série de artigos de formação, destinados aos professores, publicados nas páginas do Boletín de la Escuela Moderna. Rousseau, Rabelais e Spencer são alguns dos educadores apresentados por Clemência aos leitores na série *Estudios Pedagógicos* do periódico. A sua atuação tanto no campo educacional como na produção de estudos históricos destaca a transdisciplinaridade de sua prática científica. Destacaremos o livro de sua autoria utilizado pela Escola Moderna de Barcelona: o *Compendio de Historia Universal*. Para isso, cabe analisarmos brevemente o projeto editorial de Ferrer e a intenção política de tal empreitada.

### ***Publicaciones de la Escuela Moderna***

Muitos dos críticos mais virulentos, em geral católicos, direitistas e

---

<sup>1</sup> Além de referências às pesquisas de Santos (2014) e Moraes (2013), tomaremos como base para o presente texto trechos de capítulo revisto e ampliado de nossa Tese de Doutorado (SILVA, 2013).

<sup>2</sup> Ver tradução de entrevista com Oscar Segarra, publicada pela Agência de Notícias Anarquistas: Disponível em: <<https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2012/03/13/espanha-picasso-anarquista/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

conservadores, acusam Ferrer de uma série de atos – de fato e de pensamento – baseando-se concretamente na análise dos livros publicados pela editorial da Escola Moderna. Portanto, o caráter pedagógico se funde e se complementa com as ideais políticas e os métodos científicos contidos nas folhas cerradas das encadernações de capas vermelhas que ganharam vida entre 1901 e 1906. Esse aspecto político e educativo é próprio de qualquer proposta pedagógica. Educadores, legisladores, cientistas e militantes carregam junto de si e em todas suas ações – sejam elas na vida pública ou privada, na escola ou no trabalho – sua concepção de mundo que se traduz numa determinada crença política. A neutralidade no campo político não existe, assim como não existe no campo educacional. É nesse sentido que os livros da Escola Moderna refletem essa postura política de um grupo de intelectuais e trabalhadores preocupados com a renovação pedagógica e de uma rede de cientistas que se encontravam em suas respectivas áreas de conhecimento.

Entre os trabalhos sobre a vida e a obra de Ferrer que se produziu na academia nos anos 1970, encontramos o livro de Buenaventura Delgado (1978). Delgado dedica parte de seu trabalho à análise dos livros da Escola Moderna, buscando, basicamente, provar que Ferrer executou nada mais do que doutrinação política radical entre as crianças, tomando como exemplo os conteúdos antimilitaristas, anticlericais e preocupados com as questões sociais que afligiam os trabalhadores da época. Elenca um rol de citações, para ele absurdas por seu radicalismo dirigido a crianças. Ao contrário da obra de Delgado, podemos afirmar que, para uma análise das *Publicaciones de la Escuela Moderna*, a tese de doutorado de Pascual Velázquez Vicente (2009) trata com rigor o projeto complementar à sala de aula, concretizado pela edição dos livros que seriam utilizados tanto pela escola de Barcelona como por outras tantas escolas racionalistas ao redor do mundo. Vicente dedica-se ao exame minucioso de cada obra em seu conteúdo e materialidade, em seus mais profundos aspectos – edição, papel, cor e textura da capa, imagens, autores citados, números de edições, tiragem, conteúdo etc.

Em 1901, Ferrer lançou sua empreitada gráfica com grandes tiragens e custo acessível à maioria dos trabalhadores, direcionando-se para a edição de livros considerados de cunho político e de leitura de compromisso que se tornaria efervescente nos anos 1920 e 1930 em toda a Espanha. Vicente e Viñao (2010), baseados em uma interpretação quanto ao surgimento de um mercado editorial espanhol “de avanzada”, imprimem o papel primordial da *Editorial Publicaciones de la Escuela Moderna* na história do livro e da leitura de obras revolucionárias ou sediciosas, como classificou Robert Darnton (1992).

Destaca-se também o trabalho de Nora Muro (2009), pois debruça-se sobre os métodos de ensino na Escola Moderna e propõe um estudo desde uma perspectiva estritamente pedagógica. Para isso, dedica-se também à análise dos livros de estudos e leituras utilizados na educação de crianças e adultos. Porém, suas conclusões divergem em muitos aspectos da de Delgado (1978). A autora reconstrói, assim, em parte, o currículo escolar colocado em prática na Escola Moderna entre os anos de 1901 e 1906. Uma de suas principais fontes são os diversos números do *Boletín de la Escuela Moderna*, publicação mensal editada a partir de sua inauguração, por meio da qual Ferrer e Clemência Jacquinet, diretora da escola entre 1901 e 1904, expõem, para os pais, estudantes, professores e apoiadores, as propostas e os resultados alcançados a cada

trimestre. Mas a centralidade do estudo está na análise dos “manuais escolares” utilizados no ensino racionalista e as suas especificidades frente aos manuais comumente utilizados nas escolas tradicionais espanholas.

Entre os principais instrumentos para a concretização de qualquer projeto político-pedagógico estão os livros didáticos, paradidáticos ou de orientação para os professores adotados por uma instituição. Segundo Alain Choppin, há muita dificuldade em determinar a natureza de livros didáticos, por conta dos conteúdos diversos e nem sempre uniformes, caracterizando-se por diferentes estilos de organização e linguagem. Todos os livros didáticos, segundo Choppin, oscilam entre dois objetivos de difícil equação: por um lado, produzem uma exposição de dados objetivos e conteúdos relacionados à aprendizagem e, por outro, a difusão de valores e visões de mundo de seus autores ou instituições. Choppin (1998, p. 185) afirma: “o manual, que constitui a elaboração concreta dos objetivos de aprendizagem, flutua necessariamente entre duas funções: veicular uma ideologia, um sistema de valores, ou então expor conhecimentos objetivos”. Entre a bibliografia acadêmica especializada há um consenso em relação à interpretação corrente nos estudos analisados por Choppin (2004) de que os livros escolares foram frequentemente utilizados como ferramentas de difusão de sentimentos patrióticos entre as crianças e a inculcação de uma atuação cívica dentro das leis estabelecidas, bem como forma de transmissão e consolidação de valores de uma sociedade ou instituição em dado momento histórico. Estudos apontam a utilização de tais obras pelos regimes totalitários e populistas como forma de doutrinação e dominação da população, em geral desqualificando e demonizando as dissidências políticas. Outro aspecto importante é que os estados nacionais logo perceberam o potencial dos livros escolares para a construção de uma identidade nacional, afirmando o pertencimento a uma nação, o compartilhamento de uma mesma história nacional. O livro didático vai apontar quais são, na visão dos estados e das instituições nacionais, os valores e comportamentos que devem ser exaltados em suas páginas. Para Alain Choppin, ele é um “instrumento privilegiado de construção de identidade” e é, em geral, “reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Portanto, podemos afirmar que os livros escolares são, em si, ferramentas políticas para além de seu uso estritamente pedagógico.

Entendemos que os livros didáticos carregam as posturas políticas de quem os produz e os historiadores da educação devem buscar, sempre que possível e ao máximo, desvelar as intenções com as quais tais obras foram colocadas nas mãos das crianças, pois

o livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. E os historiadores se interessam justamente pela análise dessa ruptura entre a ficção e o real, ou seja, pelas intenções dos autores (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Nesse aspecto, Ferrer e seus colaboradores nunca esconderam suas intenções, muito menos omitiram os conflitos sociais e econômicos das páginas impressas pela editora da Escola Moderna. O público preferencial dos livros era, nos primeiros anos, as crianças. A partir de 1903, pode-se dizer que houve uma mudança em relação a quem se dirigiam os novos títulos. No prefácio escrito por Ferrer para *Origen del Cristianismo*, lemos:

apoiar esta composição circunstância importante de que nossos livros não se dirigem exclusivamente à infância, mas serve também para as escolas de adultos que por todas partes se criam por iniciativa de várias sociedades operárias, livrepensadoras, cooperativas, recreativas, círculos de estudos sociais e quantas agrupações progressivas e ilustradas existem e se formam, ansiosas de combater esse analfabetismo que sustenta a tradição e é naturalmente refratário ao progresso (*Origen del Cristianismo*, 1906, p. VI, tradução nossa).

O público não se restringia aos alunos e adultos em processo de alfabetização, mas abarcava também os professores e as outras escolas que pretendessem utilizar uma pedagogia renovada. Também se ofereciam envios dos livros ao exterior, ampliando, assim, ainda mais, o alcance que tais obras poderiam ter. Para Pascual Velázquez, a editora teria explorado dois âmbitos muito claros em busca de formar seu público e seus leitores, um “marco escolar” e um “espaço social”. O autor explica que no primeiro pretende colocar suas obras nas mãos das crianças e adultos, sejam alunos, professores, pais e mães de escolas livres e laicas e, no âmbito social, que se chegasse aos ateneus operários, sindicatos, centros de estudos e cooperativas (VICENTE; VIÑAO, 2010).

Ou seja, também eram leituras de formação política para jovens e adultos. Mas a mudança mais significativa ocorre após os contatos de Ferrer com Élisée Reclus. Os livros da Escola Moderna passam a ter natureza e função diferentes das de um livro didático para crianças. A origem dessa visão nasce do episódio em que, diante da solicitação feita em carta pelo educador catalão para que produzisse um livro didático para as crianças da Escola Moderna, o eminente geógrafo e anarquista Élisée Reclus nega-se a cumprir tal tarefa. Ele argumenta ao colega que “não há texto para o ensino da geografia nas escolas primárias” e continua dizendo não conhecer “um só [livro] que não esteja infectado do veneno religioso, patriótico ou, o que é ainda pior, da mentalidade burocrática” (RECLUS, 2011, p. 27). Afirma, ainda, que as crianças devem conhecer diretamente os fenômenos, a partir do contato com a Natureza, pela experiência e observação. Por fim, admite que livros científicos que sirvam de manual ou guia para os professores podem enriquecer o ensino. Então, o Compendio de Jacquinet insere-se nesse modelo de obras destinadas a subsidiar o trabalho dos professores, e não de formatar o ensino de estudantes baseado em métodos livrescos.

É possível identificar diversas referências, diretas ou indiretas, às teorias anarquistas e à produção científica e educacional de intelectuais e militantes adeptos das ideias ácratas nas obras publicadas por Ferrer. Referimo-nos, especialmente, aos conhecidos anarquistas Piotr Kropotkin (1842-1921) e Élisée Reclus (1830-1905), que são citados frequentemente. Mas também identificamos outros nomes por meio da análise

de uma seleção de livros editados pela *Editorial Publicaciones de la Escuela Moderna*. Para William Heaford (*apud* ABBOTT, 1910, p. 41, tradução nossa), amigo e colaborador de Ferrer, os nomes dos autores dos livros publicados pela Escola Moderna, como Dr. Engerrand, Dr. Letourneau, Dr. Odon de Buen, entre outros, dão “uma ideia do valor e da autoridade das publicações que servem de base intelectual para a instrução dada nas escolas [racionalistas]”. Dedicaremos-nos, na próxima seção, a apresentar alguns aspectos centrais da obra de História editada pela Escola Moderna em 1901: o *Compendio de Historia Universal* de Clemência Jacquinet.

### ***A Historia Universal numa perspectiva anarquista e “de baixo”: Jacquinet e Kropotkin***

O primeiro livro editado pela *Publicaciones de la Escuela Moderna* foi justamente o de sua diretora, Clemência Jacquinet: *Compendio de Historia Universal*, uma obra em três volumes. Por ter sido uma figura fundamental na estruturação e na manutenção da escola, bem como a principal responsável por boa parte dos aportes essencialmente pedagógicos ao projeto, Jacquinet é muito citada em vários estudos sobre Ferrer e a Escola Moderna. Seu livro é analisado em termos de conteúdo por Nora Muro (2009), José Damiro de Moraes (2013) e Luciana Eliza dos Santos (2014). Vicente (2009) dedica-se aos detalhes materiais da edição do mesmo. Em 1914, a editora lusitana Guimarães e Cia. publicou uma tradução para o português, dentro da coleção Biblioteca de Educação Racional, compilando a obra em dois volumes<sup>3</sup>. Isso fez com que tivesse uma ampla difusão entre os anarquistas e livre-pensadores em Portugal e também no Brasil. Há evidências da circulação desses tomos e de outras obras de educação racionalista, a partir da análise de seções dos jornais operários brasileiros em que eram anunciados e recomendados (MORAES, 2013).

No prefácio, de sua autoria, a pedagoga e historiadora avisa de antemão aos professores quanto ao uso do *Compendio* com as crianças somente quando tenham inteligência e desenvolvimento o suficiente para compreender seu conteúdo e estabelece que “das classes preparatórias se aparte a história”, ou seja, que somente aos “cerca dos onze ou doze anos, quando os discípulos tenham adquirido a faculdade de observar, será então tempo de lhes falar dos homens que os precederam, preparando-lhes o caminho” (JACQUINET, 1914, p. 6). Nisso encontra-se de acordo com Ferrer e também com Paul Robin (1989) e Sébastien Faure (1989) e muitos outros educadores que destinavam a aprendizagem da história para quando as crianças entrassem na adolescência, quando não somente para os alunos de níveis superiores ou universitários (TOLSTOI, 2003). Jacquinet também estabelece sua perspectiva do que é - e do que deveria - ser a história na sua concepção e justifica a abordagem que escolheu para o seu livro. Primeiramente, identifica como era e como é a história em sua época:

Antigamente entendia-se por história o relato das guerras e a cronologia dos reis, relato que se reduzia à glorificação da força, a que se juntava oportunamente uma apologia religiosa; [...] Na nossa época [...] iniciou-se o método de dar a

---

<sup>3</sup> Utilizaremos aqui a tradução portuguesa. Ver Jacquinet (1914).

preponderância à história da civilização, deixando apagada a história política. [...] Que se compreendeu, porém, sob o nome de história da civilização? Trata-se de expôr os esforços dos homens, de todos os homens, na sua marcha ascendente para um futuro melhor? Não. Limitam-se a mostrar o funcionamento e os diversos expedientes dos governos; a extensão do comércio, isto é, da exploração do homem pelo capital, da vassalagem do dinheiro; também se nos fala muito das elucubrações altamente fantásticas dos fundadores de religiões e a sua suposta ação benéfica na humanidade (JACQUINET, 1914, p. 5-6).

E segue propondo como a história deveria ser ou como ela pretende que ela seja, em seu livro:

Pela nossa parte compreendemos de muito diversa maneira a história da civilização: pegando nos homens à sua aparição sobre a terra, esforçamo-nos em reconstituir a vida real com todas as suas lutas, com todos os seus sofrimentos e progressos; também procuramos pôr a nu a maldade de todos os exploradores: guerreiros, legisladores, sacerdotes; e de todo conjunto de ludíbrios que sofrem os povos, os verdadeiros, os que trabalham [...] (Id., p. 6)

Jacquinet propõe um novo ponto de vista do fazer histórico: uma “história dos de baixo” ou dos “excluídos”, antecipando noções posteriormente desenvolvidas por historiadores contemporâneos como E. P. Thompson (1987; 2001) e Michele Perrot (1988). A anarquista e diretora da escola racionalista dizia que, nos livros de história de sua época, se fazia “a história dos guias dos povos” e “não dos povos em si mesmos” (JACQUINET, 1914, p. 6).

Para Jacquinet, a escola deve ser um espaço “de fraternidade universal, um penhor de paz para homens honrados e um motivo de terror e espanto para todos aqueles que intentarem avassalar seus irmãos” (Id., p. 6). E, ao final, faz recomendações ao jovem leitor e estudante da história universal:

[...] feliz de ti se tiveres energia para arrancar vítimas à opressão, partidários à mentira, segredos à natureza, e para converter porções do cristão vale de lágrimas em floridos vergéis onde pela paz e a ciência refulja a felicidade humana conciliada com a majestade da justiça e o esplendor da arte (JACQUINET, 1914b, p. 256-257).

Entre os poucos pensadores a que a autora se refere, estão clássicos como Rousseau, Voltaire, Diderot etc. Cita também nominalmente, com certo destaque, dois eminentes anarquistas que, como sabemos, exerceram enorme influência na mente de Francisco Ferrer e no projeto político-pedagógico da Escola Moderna: Élisée Reclus e Piotr Kropotkin. No capítulo intitulado “O Parlamentarismo”, após analisar as concepções de república parlamentar com todas as implicações morais e políticas que ela carrega, podemos ler: “em duas palavras exprimiu Elíseo Reclus o mesmo pensamento: ‘Delegar o nosso poder é perdê-lo’”; e algumas linhas à frente que “o mesmo autor acrescenta: ‘Votar é aviltar-se’” (JACQUINET, 1914b, p. 222). São citações que se referem ao texto de Élisée Reclus. Uma leitura atenta ao texto indica que as páginas finais do capítulo reproduzem uma longa citação, constando, ao final, as

inicias “S.F.” (Id., p. 223). O estilo do texto e a abordagem libertária do tema nos faz levantar a possibilidade de ser uma referência a um texto do anarquista francês Sébastien Faure. E as referências anarquistas continuam no capítulo “A Questão Social”, tema que fecha a obra. Jacquinet faz uma declaração de fé anarquista a partir da análise do discurso inaugural do Congresso Operário de Barcelona de 1870, que tem como marco político a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores alguns anos antes. Apesar de sua extensão, faz-se necessário citá-la por completo, devido a sua importância para nossa argumentação em favor da influência anarquista no projeto e nos livros da Escola Moderna. Diz Jacquinet (1914b, p. 252-254):

ao mesmo tempo [que a organização dos trabalhadores na AIT], certos espíritos clarividentes e generosos davam ao socialismo uma orientação nova, uma base científica inquebrantável: fundaram a Sociologia ou ciência da vida social, investigaram, em primeiro lugar, qual a verdadeira posição do homem na natureza, e pelo estudo experimental das leis da vida geral chegaram a formular os princípios em que se deve firmar uma sociedade posta em harmonia com o grande todo que forma a parte.

A observação demonstrou a inconsistência de uma crença numa ordem rigorosamente estabelecida no universo por forças que existem fora da matéria, e, por conseguinte, proclamou a negação de um criador, de um deus, seja qual for.

Não existindo na natureza o princípio de vontade criadora, ou, por outra palavra, de autoridade, este não tem razão de ser na sociedade humana; nela só pode produzir a desordem, e, portanto, o sofrimento para todos.

Uma sociedade bem feita deve assentar na inteira liberdade de todos os seus membros, associando-se entre si consoante as suas necessidades e preferências, para todos gozarem de todos os bens postos em comum.

Esta organização social, simples e racionalmente concebida, foi apresentada pelos interessados inimigos de todo o progresso como sinônimo de desordem e de violência, abusando da ignorância popular e do seu próprio poder, o que constitui um crime de lesa-humanidade.

A ideia emancipadora, como todas as ideias novas e todos os progressos, lutou para abrir caminho; é perseguida por todos os governos, amaldiçoada por todos os exploradores, e, infelizmente, até repelida por muitos daqueles a quem há de redimir; mas o sangue dos seus mais valentes defensores dá os seus naturais frutos de entusiasmo, de saber e de convicção.

Esta ideia impõe-se tanto pela justiça que representa como destrói a injustiça que nega. Todos os homens sinceros, de qualquer filiação de pátria, de escola ou partido, prestam homenagem à sua elevação moral, e na luta entabulada batem em retirada opondo pobres argumentos, não de princípios nem de doutrina, mas de mesquinho oportunismo.

Entretanto os proletários, cada vez mais dignos, mais instruídos e mais bem organizados, até derrotam esse oportunismo, levando as teorias até o terreno dos fatos.

Nem a força pública, nem as masmorras, nem o tormento, nem os assassínios jurídicos prevalecem. E jamais prevalecerão, porque a violência nada pode contra a justiça.

Hoje, é certo o triunfo do ideal; só falta apressá-lo, e para isso basta que o proletariado robusteça a sua instrução, e repila a ignorância.



Quanto à educação, ela afirma que o trabalhador deve libertar-se da ignorância que a igreja e o Estado o submetem pelo catecismo ensinado nas escolas religiosas ou pelos valores que são inculcados nas crianças nas escolas do regime “parlamentar e democrático” com o “intuito de amoldar o homem futuro à fórmula de cidadão e patriota” (Id., p. 254). Ao que responde com energia:

não. Nem santo, nem cidadão. O primeiro conhecimento que convém adquirir é a ciência da natureza, isto é, a do meio em que se vive e de que se forma parte, a das íntimas relações que entre si unem todos os seres, a fim de compreender, como entendimento livre de toda a preocupação, o problema da vida e os fins verdadeiros da humanidade (Ibid.).

E, por fim, cita um trecho de uma obra do anarquista russo Piotr Kropotkin para “confirmar o nosso conceito do ideal” (Id., p. 255). Aqui referimo-nos ao livro *La Gran Revolución*, em que o autor traça uma interpretação *sui generis* sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais da Revolução Francesa de 1789. Kropotkin percebe, nesse episódio essencial do mundo ocidental, dois grandes movimentos, duas grandes ondas de lutas, estabelecidas em diferentes espaços e âmbitos da sociedade: uma primeira, jacobina, de ordem política, e uma segunda, popular, revolucionária (KROPOTKINE, s/db). O geógrafo anarquista analisa a reação política e religiosa que se sucedeu à Revolução, restabelecendo alguns domínios da Igreja e dos conservadores, porém sem mais alcançarem recobrar seu antigo poderio. Alguns dos novos princípios de liberdade penetraram definitivamente no tecido social. Porém, logo após a Revolução, que brandiu aos quatro ventos os princípios de *liberdade, igualdade e fraternidade*, “começou a lenta *evolução*, isto é, a paulatina transformação das instituições e a aplicação, na vida diária, dos princípios cardiais pregados na França nos períodos de 1789-1793” (KROPOTKINE, s/d, p. 23). Para Kropotkin, “essa gradual realização, pela via evolutiva, dos princípios que a tormenta revolucionária precedente aclamara, fôra reconhecida como uma lei geral de desenvolvimento das sociedades humanas” (Ibid.).

O autor chama atenção, em especial, para aspectos referentes à emancipação econômica e aos movimentos revolucionários que irromperam do povo, proclamando, em alto e bom som, que “soara a hora de cessar de ser uma palavra vã a Igualdade” e que era o momento de ela “entrar no domínio dos *atos concretos*” (KROPOTKINE, s/d, p. 24). Apesar de algumas conquistas em relação à diminuição da pobreza do povo, esse movimento de tendência libertária, na visão de Kropotkin, durou pouco, ou seja, até a reação burguesa em 1794. Desse episódio, surgiu um único autor que compreendeu de maneira racional as bases nas quais tais movimentos se assentavam e fez surgir, em 1793, uma obra que o “elevou à categoria de primeiro teórico do socialismo sem governo, isto é, do anarquismo” (Id., p. 25): Willian Godwin e o livro *Da Justiça Política e da sua Influência sobre a Moralidade*.

Posteriormente, tais ideias fundamentais foram desenvolvidas por Charles Fourier, um dos pioneiros do socialismo moderno, e por Saint Simon e Robert Owen, primeiros reformistas da era moderna, e estabelecidas como três diferentes escolas de

pensamento. Em meados dos anos 1840, surge Proudhon para reafirmar e avançar nos fundamentos do anarquismo como filosofia social e política. Mesmo admitindo que as bases científicas do socialismo em seus dois aspectos principais – governamental e antigovernamental – foram desenvolvidas nos primórdios do século XIX, sua fundação de fato se deu em 1864, com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). E esse socialismo compreende que, para alcançar a realização de seus objetivos, é necessária uma revolução social no seu sentido exato e muito concreto: “o da reconstrução geral e imediata das bases da sociedade” (Id., p. 26). O pensador russo afirma o caráter essencialmente revolucionário e antigovernamental do socialismo e, ao referir-se às correntes estatistas na sociedade, escreve categoricamente:

quanto à centralização e ao culto da autoridade e da disciplina que a Humanidade deve principalmente à teocracia e à lei imperial romana, essa superestrutura de um passado obscuro, constituem restos atávicos conservados ainda por uma multidão de socialistas modernos que, por isso mesmo, ainda não atingiram o nível dos seus predecessores ingleses e franceses – Godwin e Proudhon (Ibid.).

Assim, acreditamos termos conseguido destacar o caráter diferencial da produção e interpretação histórica por parte de Clemência Jacquinet e Piotr Kropotkin (apoiados e difundidos por Francisco Ferrer y Guardia), ambos pensadores calcados essencialmente em uma perspectiva anarquista e em um método de olhar a realidade compromissada com as classes exploradas. A denúncia de toda e qualquer forma de dominação política e econômica da humanidade ao longo de sua história é, ao que parece, o objetivo central do fazer histórico dos anarquistas. Assim, podemos dizer que nos deparamos com uma história do povo, para o povo e pelo povo como ferramenta de luta de sua própria emancipação intelectual, política e econômica.

### *Apontamentos finais*

A importância da Escola Moderna na constituição de uma reflexão crítica e científica na Espanha foi tão grande que, muitos anos depois, Federica Montseny (s/d, s/p, tradução nossa), expoente do anarquismo espanhol do século XX, declarou, durante um encontro em memória de Ferrer, que

a Escola Moderna encheu de escolas racionalistas os *pueblos* e cidades da Espanha. Iniciou uma obra editorial que introduziu entre os trabalhadores e sobretudo entre as crianças, concepções novas. Não se pode esquecer jamais que às edições da Escola Moderna se deve a tradução e impressão na Espanha de *El Hombre y la Tierra* de Reclus, e que Malato, Grave, Enrique Lluria e alguns dos grandes cientistas revolucionários foram divulgados na Espanha graças às edições da Escola Moderna.

Ao compreendermos a relação entre Francisco Ferrer y Guardia e Clemência Jacquinet, bem como com pensadores e cientistas anarquistas que o apoiaram, podemos traçar paralelos entre a prática pedagógica anarquista e as propostas políticas do anarquismo não só concretizadas na experiência escolar, mas também presente na

percepção libertária da História que destaca a História Política e a luta constante dos povos e da classe trabalhadora pelo fim da exploração e da dominação do homem pelo homem; almeja a abolição do Estado e da igreja; e atua com vistas à organização da sociedade a partir do apoio mútuo, do federalismo e da autogestão. Aqui, é inevitável a referência às seminais obras de Reclus, *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista* (2002) e *La Gran Revolución* (s/db), de Piotr Kropotkin, lançado em versão castelhana também pela Escola Moderna.

Acreditamos, por fim, que ainda há a necessidade de um estudo que insira a obra de Jacquinet no contexto historiográfico mais amplo de sua época, que estabeleça os diálogos possíveis com outras correntes que propunham uma renovação pedagógica e que, também, imprima seu nome entre as mulheres educadoras e destaque seu papel de pioneira na construção e implementação da educação racionalista e anarquista. No presente estudo, limitamo-nos a apontar algumas das influências anarquistas no pensamento de Clemência Jacquinet que transparecem, a olhos vistos, nas páginas de sua *Historia Universal*. Sabemos que há muito ainda a desvendar, mas mantemos a esperança de que trabalhos futuros abordem novas questões ou reinterpretem fatos que por ventura continuam até o momento sem o devido aprofundamento.

### *Referências*

ABBOT, Leonard D. (org.) *Francisco Ferrer: His Life, Work and Martyrdom*. New York: Francisco Ferrer Association, 1910.

ARCHER, William. *Vida, Proceso Y Muerte De Francisco Ferrer Guardia*. Barcelona: Tusquets, 2010.

CHOPPIN, Alain. *Os manuais escolares na França e a formação do cidadão*. Veritas, Porto Alegre, v.43, nº especial, 1998. p.185.

\_\_\_\_\_. “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”, In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, Dec. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 maio 2016.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DELGADO, Buenaventura. *La Escuela Moderna de Ferrer y Guardia*. Barcelona: CEAC, 1978.

FAURE, Sébastien. “La ruche (a colméia)”. In: MORIYÓN, F.G.(org). *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *A Escola Moderna*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

JACQUINET, Clemência. *História Universal – Vol.1*. Lisboa: Guimarães & Cia., 1914.

\_\_\_\_\_. *História Universal – Vol.2*. Lisboa: Guimarães & Cia., 1914b.

KROPOTKINE, Pedro. *Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s/d.

\_\_\_\_\_. *La Gran Revolucion*. Barcelona: Publicaciones de la Escuela Moderna, s/db.

MONTSENY, Federica. Intervención de Federica Montseny el día 9 de octubre de 1959 en el "Palais de la Mutualité" de París, Mitin celebrado en memoria de Ferrer y Guardia", s/d. Disponível em: <<http://centroestudioslibertarios.jimdo.com/francisco-ferrer-i-guardia>>. Acesso em: 11 maio 2016.

MORAES, José Damiro. 'Leitura que recomendamos - o que todos devem ler': impressos didáticos e ensino de História nas escolas anarquistas. In: *Cadernos de História da Educação* (UFU. Impresso), v. 12, p. 45-58, 2013.

MURO, Nora. *La Enseñanza en la Escuela Moderna de Francisco Ferrer y Guardia*: Barcelona (1901-1906). Burgos: Editorial Gran Vía, 2009.

*Origen del Cristianismo*. Barcelona: Escuela Moderna, 1906.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

RECLUS, Élisée. *A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.

\_\_\_\_\_. Carta a Francisco Ferrer y Guardia. In: RECLUS, Élisée; KROPOTKIN, Piotr. *Escritos sobre Educação e Geografia*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2011.

ROBIN, Paul. A educação integral. In: MORIYÓN, F.G.(org). *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

SANTOS, Luciana Eliza dos. *A educação libertária e o extraordinário: traços de uma pedagogia (r)evolucionária*. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), FEUSP, 2014.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920)*. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), FEUSP, 2013.

SOLÀ, Pere. *Las escuelas racionalistas em Catalunya (1909-1939)*. Barcelona: Tusquets, 1978.

\_\_\_\_\_. *Francesc Ferrer i Guàrdia i l'Escola Moderna*. Barcelona: Curial, 1978.

TOLSTOI, León. *La Escuela de Yásnaia Poliana*. Palma de Mallorca: José J. de Olañeta Editor, 2003.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa (3 Vols.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros escritos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VICENTE, Pascual Velázquez. *La Escuela Moderna: una editorial y sus libros de texto (1901-1920)*. Tese de doutorado, Facultad de Educación, Universidad de Murcia, 2009.

\_\_\_\_\_; VIÑAO, Antonio. Un programa de Educación Popular: El legado de Ferrer Guardia y la Editorial Publicaciones de la Escuela Moderna (1901-1936). In: *Educació i Història*, Núm. 16, juliol-desembre, 2010, p. 79-104.

#### ***Periódico consultado***

*Boletín de La Escuela Moderna*